

**UM PROGRAMA MÁXIMO, UM PROFESSOR MÍNIMO:  
ESTRATÉGIAS MERCANTILISTAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE**

**A MAXIMUM PROGRAM, A MINIMUM TEACHER: MERCANTILIST  
STRATEGIES FOR TEACHER TRAINING**

**PROGRAMA MÁXIMO, DOCENTE MÍNIMO: ESTRATEGIAS  
MERCANTILISTAS PARA LA FORMACIÓN DOCENTE**

**Rudervania da Silva Lima Aranha<sup>1</sup>**  
**Selma Suely Baçal de Oliveira<sup>2</sup>**

**Resumo**

O artigo descreve como a lógica do mercado tem penetrado na formação docente e evidencia a execução dos programas da Fundação Itaú Social e Fundação Telefônica Vivo, que se inseriram na formação continuada dos professores. As contribuições teórico-metodológicas do materialismo histórico-dialético guiaram o percurso da análise documental. Trata-se de pesquisa documental, cujas principais fontes são os documentos oriundos do acordo do empréstimo externo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Prefeitura Municipal de Manaus. Desse modo, observa a materialização do financiamento das ações do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública de Manaus, compreendido como uma política pública inserida no bojo da educação pública, que incorporou as orientações do BID, garantindo a mercadorização da formação de professores da educação básica. Os resultados mostram a naturalização de que tudo que envolve a educação pública pode e deve ser convertido em bens e produtos comercializáveis. Nesta análise, as implicações do sistema de parceria público-privada na educação, executada pelos acordos, convênios e contratos com o ente público, correspondem à lógica privatista, em que o setor privado passa a ser convocado para conduzir, dar suporte e amparo ao desenvolvimento do setor público.

**Palavras-chave:** Formação docente; Sistema de parceria público-privada na educação; Educação básica; Banco Interamericano de Desenvolvimento.

**Abstract**

The article describes how the logic of the market has penetrated teacher training, and highlights the execution of the programs of Fundação Itaú Social and Fundação Telefônica Vivo, which were inserted in the continuing education of teachers. The theoretical-methodological contributions of dialectical-historical materialism guided the course of document analysis, it is a documentary research, whose main sources are documents from the external loan agreement between the Inter-American Development Bank (IDB) and the Municipality Manaus. In this way, it is possible to observe the materialization of the financing of the actions of the Project for the Expansion and

---

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora Formadora da Secretaria Municipal de Educação e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas em Educação (GPPE/UFAM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7111-0720> . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3340541920535518>  
E-mail: [rudervania.aranha@gmail.com](mailto:rudervania.aranha@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6765-4568>.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5050471052673175>. E-mail: [selmabacal@ufam.edu.br](mailto:selmabacal@ufam.edu.br)

Educational Improvement of the Public Network of Manaus, understood as a public policy inserted in the core of public education, which incorporated the guidelines of the IDB, guaranteeing the commodification of teacher training of basic education. The results show the naturalization that everything that involves public education can and should be converted into tradable goods and products. In this analysis, the implications of the public-private partnership system in education, implemented by agreements, agreements and contracts with the public entity, correspond to the privatist logic, in which the private sector is called upon to lead, support and support the public sector development.

**Keywords:** Teacher training; Public-private partnership system in education; Basic education; Inter-American Development Bank.

### Resumen

El artículo describe cómo la lógica del mercado ha penetrado en la formación de profesores, y destaca la ejecución de los programas de la Fundação Itaú Social y de la Fundação Telefônica Vivo, que se insertaron en la formación continua de los profesores. Los aportes teórico-metodológicos del materialismo dialéctico-histórico orientaron el curso del análisis documental, se trata de una investigación documental, cuyas fuentes principales son los documentos del convenio de préstamo externo entre el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el Municipio de Manaus. De esta forma, es posible observar la materialización del financiamiento de las acciones del Proyecto de Ampliación y Mejoramiento Educativo de la Red Pública de Manaus, entendido como una política pública inserta en el núcleo de la educación pública, que incorporó las directrices del BID, garantizando la mercantilización de la formación docente de la educación básica. Los resultados muestran la naturalización de que todo lo que implica la educación pública puede y debe convertirse en bienes y productos transables. En este análisis, las implicaciones del sistema de participación público-privada en la educación corresponden a la lógica privatista, en la que el sector privado ahora está llamado a liderar, apoyar y apoyar el desarrollo del sector público.

**Palabras clave:** Formación de profesores; Sistema de asociación público-privada en educación; Educación básica; Banco Interamericano de Desarrollo.

### Introdução

No desenvolvimento deste estudo, analisou-se a implantação do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública de Manaus (PROEMEM), na rede pública municipal de ensino, evidenciando-se o mercado no contexto das parcerias com o setor privado, nas etapas da educação básica. Durante esse processo, verificaram-se as propostas educacionais evidenciadas no referido projeto, considerando-se a sua relação com as orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e as condicionalidades requeridas para o financiamento externo. A partir de então, infere-se que existe um movimento em prol de viabilizar a expansão de instituições privadas no setor educacional, onde encontram novos *nichos* de exploração econômica que permitem a apropriação privada do bem público, sem, contudo, gerar efetivamente melhoria no ensino público municipal. Assim, novas indagações surgiram com relação à expansão de instituições privadas na rede pública municipal de Manaus. Fez-se necessário se examinar as contradições que envolvem o contexto reformista do Estado brasileiro, particularmente a partir dos anos de 1990, e os reflexos nas políticas públicas para a

educação nacional, que permitiram novas formas de participação da sociedade civil nas decisões das políticas sociais.

Desse modo, observa-se que a mudança preconizada na redefinição da política pública educacional do município de Manaus reflete a ideologia neoliberal, visto que expressa estratégias privatizantes e ideológicas que compõem as relações de poder e que se beneficiam nesse processo, atribuído pelo ritmo do capital financeiro internacional, ou seja, a fusão do capital bancário com o capital industrial. Nessa perspectiva, a concepção apresentada por agências financeiras multilaterais soa como se essas redefinições educacionais fossem suficientes para o homem realizar a apropriação do conhecimento e provocar mudanças na sua prática social. Trata-se de tema de forte conotação ideológica, que, tanto no passado como atualmente, tem merecido o entendimento de sua essência, não apenas para se operar a sua crítica, mas, antes e sobretudo, para compreendê-la na sua totalidade e no seu conteúdo, que somente pode ser apreendida em sua complexidade, por meio de ferramentas teóricas que possibilitem se interpretar e explicar esse processo na educação.

A trajetória de consolidação da educação pública brasileira no século XX e XXI tem sido “determinada por forças que ora incentivam o crescimento do setor público, ora do setor privado, ora de ambos” (Cunha, 2007, p. 810) e se forma como um processo prolixo e oposto. Com essa perspectiva, considera-se que a materialização dos acordos, convênios, consultorias etc., entre o setor público e o setor privado (inter)nacional na educação, oculta interesses hegemônicos do grande capital de forma disfarçada e camuflada para legitimar seus projetos e programas, como, por exemplo, o acordo de empréstimo externo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) para o financiamento das ações do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública de Manaus (PROEMEM). Percebe-se, desse modo, que a presença das organizações privadas na educação pública municipal apresenta uma crescente sofisticação de concepções pedagógicas, delineando novos horizontes para a rede pública municipal de ensino e funcionando como uma atividade organizativa que, em Manaus, se efetiva na educação básica.

Nessa análise, as implicações do sistema de parceria público-privada na educação, executada pelos acordos, convênios, contratos e licitações com o ente público, corresponde à lógica privatista, em que o setor privado (inter) nacional passa a ser convocado para conduzir,

dar suporte e amparo ao desenvolvimento do setor público, notadamente a Secretaria Municipal de Educação de Manaus, destinada ao atendimento da educação infantil e ensino fundamental. Dessa maneira, mais desenvolvido, o sistema de parceria público-privada na educação é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, influenciando no processo pedagógico e na organização da escola pública.

Com objetivo de caracterizar a situação atual da educação pública municipal de Manaus/AM, constatou-se que seria necessário se levantar diversas fontes empíricas. As primeiras aproximações para se caracterizar as estratégias mercantilistas exigiram a análise dos dados sistematizados nos documentos oriundos ao acordo de empréstimo externo entre o BID e a PMM, disponibilizados anualmente no endereço eletrônico do BID. Esses dados possibilitam se verificar possíveis desdobramentos funestos para a educação municipal, na qual o setor privado está atuando. Ao todo, foram selecionados 44 documentos no endereço eletrônico do BID, de 2013 até 2021, constituindo-se como objeto de estudo e análise o acordo de empréstimo externo firmado entre o BID e a Prefeitura Municipal de Manaus. Parte-se da premissa de que o objeto já existe na totalidade com determinadas características. Para se conhecer e analisar esse todo da materialidade do acordo do empréstimo externo entre o BID e a Prefeitura Municipal de Manaus e suas consequências para educação pública municipal, urge, primeiro, torná-lo claro e explicá-lo no sentido de não se tomar o imediato como realidade, pois a dialética não é um método reducionista, “é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais, partindo da atividade prática objetiva do homem histórico” (Kosik, 2011, p. 32).

De fato, para Marx (2011), há um nível das determinações essenciais e todos os estágios da produção, existem determinações comuns fixadas pelo pensamento como universais; “mas as assim chamadas *condições universais* de toda produção nada mais são do que esses momentos abstratos, com os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção” (Marx, 2011, p. 61). Momento essencial ou abstrato, é, para Marx, o mesmo. O nível da abstração não é o nível histórico-concreto do real, não quer dizer que o abstraído analiticamente seja irreal, além disso, a essência se encontra em um plano mais profundo, e o que aparece é o superficial: “Essa é a aparência, apenas a aparência [...]. Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais” (Marx, 2011, p. 54). Eis aí, como afirma Saviani (2019,

p. 111), “a característica da sociedade atual: uma sociedade de mercado, burguesa, capitalista. Capitalista porque os meios de produção foram concentrados na forma de capital”.

O marco histórico deste artigo é definido a partir das especificidades do final do século XX e se deve principalmente em razão das reformas neoliberais para a educação que vieram a ser adotadas a partir dos anos de 1990 até os dias atuais. Essas reformas iniciaram-se com compromissos assumidos pelos governos de diferentes países e pelos organismos internacionais na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. A partir desse movimento, a educação passou a ser tema central das reformas políticas e econômicas, sendo “fortemente direcionada[s], tanto na definição de suas prioridades quanto de suas estratégias, pelas orientações dos organismos internacionais financiadores” (Krawczyk, 2012, p. 347).

Em síntese, a reforma educacional é uma ação delineada em escala sistemática, na qual o conteúdo dependerá das circunstâncias históricas e locais. Torna-se evidente que muitas reformas têm uma dimensão doutrinária, que propagam uma visão sobre o papel do Estado na promoção de um novo modelo de formação, para novas conjunturas social e econômica. Essas orientações, refletidas nas recomendações políticas de diversas agências internacionais, mostram como as organizações internacionais financiadoras, principalmente o BID, se encarregam da transmissão de normas e ideologias educacionais por meio dos diversos canais do sistema internacional.

Observa-se, assim, um movimento hegemônico no campo educativo, pois, na sociedade de base capitalista em que se vive hoje, as pedagogias hegemônicas correspondem aos interesses da burguesia, já que esta ocupa a posição de classe dominante, e aos interesses dominados, situando-se no movimento contra-hegemônico, ou seja, as pedagogias contra-hegemônicas correspondem aos interesses do movimento operário e do conjunto dos trabalhadores despossuídos. Além de se utilizar alguns dados estatísticos, também foram consultados documentos relativos à materialização da expansão das organizações privadas hegemônicas na educação municipal, nos quais se apresentam as informações sobre a Fundação Itaú Social e a Fundação Telefônica Vivo. A escolha dessas organizações privadas tem a ver com a sua atuação na formação docente da rede municipal e com a disponibilidade de informações encontradas em seus relatórios anuais, no Diário Oficial de Manaus, na página

oficial da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, entre outros documentos. Além dessas fontes, foram buscados documentos que se referem às políticas educacionais como legislações, resoluções, decretos, relatórios, normativas e outros. Esses documentos contribuíram para se definir o contexto de estratégias mercantilistas no ensino.

### **O processo de mercadorização da formação docente na rede pública municipal**

A concepção presente nos documentos BID investe na produção de um consenso que aponta legitimar a obrigação dos recursos financeiros, objeto do contrato de empréstimo externo entre o BID e a Prefeitura Municipal de Manaus, nos padrões internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O empréstimo externo com BID faz parte de um estratagema maior do capital para a formação das camadas subalternas em que estão envolvidas inúmeras organizações privadas, que, por exemplo, “objetivava[m] propiciar la inclusión social en el sector prioritario de educación [...] reducción de la pobreza y aumento de la equidad social” (Bid, 2014, p. 6).

Assim, a política privatista, consolidada pelos acordos, contratos e convênios, vem acompanhada de um reforço da aparência, a fim de diluir as distinções entre o público e o privado - “a relação público-privada tem como concepção, não apenas a propriedade, mas os projetos societários em disputa em uma perspectiva de classe” (Caetano & Peroni, 2019, p. 101). É no interior desse movimento que se manifestam, historicamente, tanto nas relações de dominação ou de dependência quanto nas relações de resistência. “Toda história política tem sido uma história de lutas de classes, de lutas entre classes dominantes, nos diferentes estágios do desenvolvimento social” (Marx & Engels, 1998, p. 46). O que se pode averiguar é que essas relações entre o público e o privado estão mediadas pelas doutrinas ou ideologias voltadas para a formação de consensos, na dinâmica das relações econômicas de exploração.

Entende-se que o fenômeno da incorporação da lógica do mercado na educação pública municipal, efetivada pelo sistema de parceria público-privada na educação, revela-se com mais nitidez em conjunturas marcadas pela globalização econômica, pela hegemonia do pensamento político neoliberal, pelo fortalecimento das aplicações tecnológicas e informacionais nas relações sociais, frente às constantes pressões do setor econômico por reformas do Estado e por redefinição das políticas sociais e educacionais. Nesse contexto, tem se manifestado a crescente

valorização do mercado como regulador das relações sociais, que se constitui como parâmetro de qualidade destinado a organizar o funcionamento do setor público, o que tem se refletido em novos ordenamentos para a educação nacional, enquanto ação de política pública social.

No entanto, é importante se entender o que está posto para além das evidências apresentadas pela estrutura contraditória desse fenômeno, que ampliaram as antíteses e contradições historicamente marcantes na consolidação da educação pública no cenário nacional. Esse sistema de parceria público-privada é amparado por leis e normativas que regulamentam as parcerias, convênios e acordos políticos entre os setores públicos e privados e legitimam diferentes formas de privatização do setor público. Essa perspectiva tem se fortalecido com base em novas justificativas ético-moral e política privatizantes que se revelam no projeto moderno de organização da educação dos países capitalistas.

Com o estabelecimento de convênios e contratos de empresas, bancos, fundações e instituições com o setor público, a lógica do mercado vai permeando a forma de se organizar a educação pública municipal em todo o país, sendo que o mercado educacional, com seus produtos, serviços e tecnologias, se destaca por comercializar, com os administradores da educação pública municipal, as supostas vantagens da expansão e melhoria da qualidade educacional. A expansão relacionada à construção de unidades escolares e a ideia de melhoria da qualidade da educação comercializada pelo mercado estão associadas à aquisição dos produtos, serviços e tecnologias definidos como “ações inovadoras para elevar a qualidade da educação” (Bid, 2014, p. 10).

O processo de implementação das ações do PROEMEM atende às condicionalidades internacionais, e o acordo BID-PMM aponta para um só caminho, no qual “o sistema educacional precisa passar por uma reforma visando qualificar melhor as pessoas para enfrentarem um mundo mais competitivo, mais afinado com o mercado” (Maués, 2014, p. 91). Desse modo, o processo desencadeador da política educacional municipal, em que as ações do PROEMEM foram implementadas, possibilitou a institucionalização de interesses privados no espaço escolar público e contou com a participação de profissionais da educação pública municipal, atuantes na rede de ensino de Manaus, que, desde os anos de 2013, passaram a estudar e definir essa forma de sistema de parceria público-privada como meio de organizar a educação infantil e o ensino fundamental.

Nesse processo, houve crescente naturalização da aplicação do investimento de recursos públicos municipais destinados à contratação e pagamento de serviços e produtos do mercado educacional e a utilização destes nas escolas públicas da rede pública municipal de Manaus. A ocorrência de fatores relacionados à desregulamentação da legislação educacional nacional e municipal tem normatizado um quadro legal e institucional para garantir a elevação de empreendimentos de interesse do mercado no interior de escolas públicas. Essa realidade tem sido possível, entre outros fatores, graças à centralidade que a educação escolar tem no quadro constitutivo da política educacional, inserida que está no marco das políticas sociais em que predomina o caráter instrumental, focalizado e subordinado à lógica economicista internacional (Krawczyk, 2012).

Para a execução da ação intitulada Aperfeiçoamento da Qualidade na Educação Básica, a Prefeitura Municipal de Manaus, no ano de 2015, firma convênio com a Fundação Itaú Social (FIS), para a implementação do Programa de Tutoria Educacional, que, conforme o documento Guia de Tutoria de Área, define a tutoria como uma metodologia de formação em serviço, realizada no cotidiano da escola, pelo tutor, com o tutorado (professor), para desencadear o processo de aprendizagem, buscando agregar novos conhecimentos, de caráter prático e modelar, com o objetivo de melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes. O referido documento apresenta os princípios da tutoria, cuja rotina de trabalho se pauta em alguns princípios tais como aprendizagem na prática, parceria, customização, protocolos e combinados, intencionalidade e transparência, foco na aprendizagem dos alunos (Fundação Itaú, 2010).

Para o BID, o investimento na capacitação e acompanhamento do professor para o melhor desempenho dos estudantes é comprovado no documento do PROEMEM, “desde que seja possível dotar esses profissionais de um papel mais ativo na formação continuada e no monitoramento regular dos professores” (Bid, 2014, p.13).

O Programa de Tutoria Educacional (PTE) é um programa da Fundação Itaú Social, que traz os fundamentos de propostas que têm em vista contribuir com a melhoria da educação brasileira: A Reforma Educacional de Nova York: Possibilidades para o Brasil e Escolas Charter no Brasil: A Experiência de Pernambuco. Esses fundamentos correspondem às diretrizes do BID que pregam a descentralização da gestão escolar, a centralizaçãodos sistemas de avaliação e a

autonomia vigiada da comunidade escolar (diretor, professor e estudantes) por mecanismos de responsabilização e controle, operacionalizados por testes de desempenho dos estudantes. A comercialização de produtos, serviços e tecnologias das organizações privadas adquiriu centralidade com a efetivação do financiamento das ações do PROEMEM na rede pública municipal, especificamente no âmbito da formação docente.

Desse modo, questiona-se sobre o que representa essa política do acordo de empréstimo externo e como se dá a relação com o conhecimento sistematizado na escola pública sob a perspectiva das organizações privadas hegemônicas, buscando se entender o papel dos profissionais da educação nesse processo. A aceitação dessa lógica fortalece novas justificativas ético-moral e política privatizantes no projeto moderno de educação e reforça a predominância do interesse das organizações privadas no setor educacional, impondo-se sobre os interesses público e estatal.

### **A Fundação Itaú Social e a Fundação Telefônica Vivo: a hegemonia das organizações privadas na educação**

Entende-se que a formação continuada de professores compõe uma das modalidades pelas quais o setor privado adentra ao público. Tal proposição remete à forma de ação do BID no município de Manaus, financiando a entrada de organizações privadas na formação docente como estratégia de convertimento dos professores às atualizações do projeto do capital. Assim, constata-se que organismos internacionais como OCDE, UNESCO e Banco Mundial “tem se voltado para a questão da formação docente e do papel que esse profissional desempenha no processo de ensino e aprendizagem” (Maués, 2014, p. 102).

Verifica-se que a entrada das organizações privadas, na formação docente, aprofunda a privatização na educação básica das mais variadas formas, inclusive, diante da inserção da fração empresarial na educação, por meio do sistema de parceria público-privada. Shiroma e Evangelista (2014, p. 32) “indicam que há um empenho de grupos empresariais organizados em redes para interferir nos rumos da Educação, cujo projeto geral é reformar a educação”.

Assim, a lógica privada tem penetrado na formação docente no município de Manaus, e evidencia-se a execução das ações da Fundação Itaú Social e da Fundação Telefônica Vivo, que

venderam produtos, serviços e tecnologias educacionais e se inseriram na formação continuada dos professores do ensino fundamental na rede municipal de ensino de Manaus.

Entende-se que o sistema de parceria público-privada, executado a partir do acordo de empréstimo externo entre o BID e a Prefeitura Municipal de Manaus para a formação continuada dos docentes, converge com os ajustes delineados por organismos privados. Nesse contexto, os professores tornam-se estratégicos como propagadores da nova pedagogia da hegemonia (Shiroma & Evangelista, 2014), na qual a formação continuada na rede pública municipal de Manaus passa a ter outro sujeito coletivo na sua condução.

Constata-se que o setor privado adentra ao público por meio da formação docente, utilizando-se de variadas estratégias, por exemplo, a venda de produtos em conjunto com o serviço oferecido aos professores, pelo argumento da responsabilidade social empresarial com a educação pública, em que se contratam outros parceiros para a formação docente, como é o caso da Fundação Itaú Social e da Fundação Telefônica Vivo; em outras palavras, a venda do produto vem com todo o pacote para o cliente.

Segundo seu Estatuto Social, a Fundação Itaú Social (FIS) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Itaúsa. Ao analisar a missão à qual se propõe, a FIS expõe, de forma clara e precisa, que seu campo de alcance pretendido é a educação pública. A fundação, a partir do pressuposto de que a sociedade civil organizada tem a responsabilidade de envolver-se com a sociedade em que está inserida, procura desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira. A FIS, ao expor sua visão em sua *home page*, coloca-se como polo de desenvolvimento educacional articulador, agregador e produtor de conhecimento, para a consolidação da educação e da proteção de toda criança.

No ano de 2015, foi o Termo de Convênio n.º 12/2015, entre a SEMED/Manaus e a Fundação Itaú Social (FIS), com objetivo de definir estratégias e análises necessárias à implementação de soluções educacionais para o enfrentamento das questões relativas à educação Infantil e ao ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino, por meio da implantação do Programa de Tutoria Educacional (PTE), que está na linha de atuação Formação de Profissionais da Educação do programa de Melhoria da Educação da FIS. Nota-se que o produto denominado PTE vem com o pacote completo, o de treinar os professores para fazerem

uso desse programa, além de os acompanhar nas práticas de ensino, com apoio técnico do CIEDS, o que já remete à prática de *coaching*, presente no acordo de empréstimo selado entre o BID-PMM.

Diante desse contexto, as políticas educacionais dirigidas por esses organismos privados modificam o trabalho, a formação e a carreira docente, e “aos professores resta consumir os produtos do aquecido e rentável mercado” (Sarti, 2012, p. 325). Nos documentos analisados, produzidos pela SEMED/Manaus, referentes ao Programa Tutoria Educacional (PTE), foi verificado o seguinte enunciado em todos os documentos coletados:

Conteúdo desta atividade EAD faz parte da metodologia desenvolvida pelo programa Melhoria da Educação, uma iniciativa Fundação Itaú Social com a parceria técnica do CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável. Todos os materiais citados são de uso no Programa, da Fundação Itaú Social e do CIEDS. (Semed, 2020, p. 2).

A partir do exposto, pode-se demonstrar a inter-relação presente nos documentos nacionais, oriundos das organizações privadas, enquanto evidenciam a centralidade na formação docente para resolução dos problemas educacionais, melhoria do desenvolvimento do país e redução das desigualdades sociais. Essa é a justificativa para orientar a entrada dessas organizações privadas na formação de professores da educação básica.

Confirma-se, portanto, que o mercado adentra a escola pela lógica da produção, projetando a manutenção da hegemonia e o conformismo em torno da forma de atuação da fração burguesa hegemônica. Assim, evidencia-se a organicidade das ações dos mais variados entes privados, na tentativa de se consolidar uma política para a educação pública e na criação de um nicho de mercado a ser adquirido pelo Estado.

No mesmo caminho, a Fundação Telefônica Vivo traz em seus programas elementos fundamentais para a consolidação da lógica do mercado para a educação pública municipal. A Fundação Telefônica Vivo é uma Organização Civil de Interesse Público (OSCIP), com sede localizada em São Paulo (SP), instituída no ano de 1999 e mantida pela Telefônica Brasil S/A (Vivo) e pela Fundação Telefônica da Espanha. A Fundação Telefônica Vivo, em sua *home page*, expõe, de forma explícita, sua visão por “um Brasil justo, com cidadãos protagonistas e digitais” e com a missão de criar “oportunidades de desenvolvimento para educadores, jovens

e crianças enfrentarem os desafios do mundo contemporâneo, por meio de projetos de educação, empreendedorismo e voluntariado”. A Fundação Telefônica Vivo ainda apresenta que seu foco são os projetos voltados, principalmente, para educadores e estudantes e para a formação e “fluência digital de educadores, na inovação da prática pedagógica e na difusão da cultura do empreendedorismo social e do ensino de programação” (Fundação Bancária “La Caixa”, 2019, p. 5).

O Projeto Aula Digital é um dos projetos do ProFuturo, Programa de Educação Global da Fundação Telefônica Vivo e da Fundação “La Caixa”. Segundo informações da Fundação “La Caixa”, o projeto foi lançado no Brasil, no dia 20 de abril de 2017, na cidade de Manaus, a primeira cidade brasileira a receber o Projeto Aula Digital, com os objetivos de “apoiar a rede municipal de ensino e contribuir na aprendizagem e no desenvolvimento de mais de 57 mil crianças e de 2.100 educadores” (Fundação Bancária La Caixa, 2019, p. 7). Segundo o documento, o município de Manaus foi contemplado por ser “a terceira maior rede municipal de ensino do Brasil em estrutura e, devido sua geografia, comungar com um dos objetivos do Aula Digital que é atingir os alunos que habitam em áreas mais remotas” (Fundação bancária La Caixa, 2019, p. 6).

Um dos pilares de atuação da Fundação Telefônica Vivo é investir na formação continuada dos educadores, apostando na fluência digital e na inovação da prática pedagógica. A estrutura do Projeto Aula Digital junto às escolas está alicerçada em quatro pilares: formação; acompanhamento na escola ou formação em serviço; equipamento tecnológico; e conteúdos pedagógicos digitais. A formação no Projeto Aula Digital em Manaus é executada pela Fundação Vitória Amazônica, denominado parceiro executor pela Fundação Telefônica Vivo, e ocorre de maneira presencial e em serviço para docentes, coordenadores pedagógicos, diretores das escolas envolvidas, com carga horária de dez horas, sendo oito horas na formação presencial e duas horas no acompanhamento dos formadores do parceiro local. Nas escolas, essa carga horária é o padrão para cada formação ocorrida.

### **Estratégias mercantilistas para professores da educação básica**

As estratégias mercantilistas na condução da formação continuada de professores da rede pública municipal de Manaus são os acordos estabelecidos para o sistema escolar da rede

municipal de ensino. Cita-se como exemplo a implementação dos projetos: Tutoria Educacional, Aula Digital, Escolas Conectadas, Escola Digital, entre outros já citados. Antes é necessário se evidenciar que a Fundação Telefônica Vivo é uma das mantenedoras do Movimento Todos pela Educação (PTE). Faz-se necessário se destacar a importância do Todos pela Educação na formulação das políticas para a educação básica. De acordo com Oliveira e Barros (2015, p. 165): “o movimento constituiu-se na materialização, via educação escolar, da hegemonia neoliberal, na construção da nova sociabilidade capitalista no espaço nacional”.

Cabe se revelar a aproximação entre o BID e o Todos pela Educação, pois, segundo relatório de atividades deste, no ano de 2013, o movimento em conjunto com o BID criou a Rede Latino-Americana pela Educação (REDUCA) e o observatório do Plano Nacional de Educação, junto com outras instituições. A Fundação Telefônica Vivo também integra o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). O GIFE é uma organização que se autodeclara como sem fins lucrativos e que “reúne associados de origem empresarial, familiar, independente ou comunitária, que investem em projetos de finalidade pública” (Casimiro, 2018, p. 129), ou seja, o GIFE é um importante veículo de representação da burguesia.

Percebe-se a atuação direta desse intelectual orgânico na educação básica. Vários são os projetos educacionais, para além do Aula Digital, objeto desta investigação, apresentados no Informe Social 2020 (Fundação Telefônica Vivo, 2020). Assim, chamam a atenção os projetos voltados para a formação continuada de professores da educação básica através de plataformas digitais gratuitas: Escolas Conectadas, Escola Digital e Trilhas. As ações desses projetos é a *Formação Docente On-line* - “passamos a oferecer 19 novos cursos sobre uso das tecnologias digitais na educação ampliando temas de interesse dos professores” (Fundação Telefônica Vivo, 2020, p. 16). No cenário das implicações da pandemia causada pelo Sars-Cov-2, iniciativas vêm sendo tomadas no sentido do distanciamento social, aplicação de atividades remotas e plataformas digitais. De acordo com Lamosa (2020, p. 33), “para o empresariado brasileiro a crise por pandemia do novo coronavírus é uma janela de oportunidades para novos negócios”. Nesse sentido, segundo o Informe Social 2020,

[...] em 2020 os impactos da pandemia da COVID-19 foram imensos. Cientes de nossa responsabilidade como articuladores pela educação e seguindo nosso compromisso com a inovação educativa, ampliamos nossas iniciativas nas plataformas digitais, mantendo o apoio à

formação continuada dos educadores e o engajamento de pais e alunos com o aprendizado quando mais precisavam. Em um momento como esse é necessário fazer ainda mais, estendendo nosso apoio e suporte aos que precisam. Por isso, realizamos ações humanitárias e mobilizamos os colaboradores da Vivo para ações voluntárias de apoio à sociedade. (Fundação Telefônica Vivo, 2020, p. 12).

Nesse Informe Social 2020, apresentam-se os dados quantitativos da abrangência do projeto Aula Digital, implementados nos estados do Amazonas, Goiás, Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Sul: 51 municípios, 1.078 escolas e 4.293 professores formados nos cursos *on-line*. Portanto, ocorre a inserção das tecnologias digitais na escola, formando tanto os professores quanto os estudantes, para se consolidar o projeto capitalista na atualidade, que está em sintonia com as diretrizes dos organismos internacionais como o BID, o Banco Mundial e a OCDE, no sentido de adequar a formação da força de trabalho para as novas exigências do capitalismo. “Entre elas estão a competência socioemocional e habilidade com tecnologias digitais [...] que já estavam colocadas pela nova fase do capitalismo” (Lamosa, 2020, p. 44).

De acordo com Relatório da Semed (2019), a formação teve como foco o papel do professor na educação do século XXI, relacionado à gestão inovadora, aos ambientes de aprendizagem, ao papel do professor e às orientações para manuseio dos equipamentos e conteúdos pedagógicos na plataforma ProFuturo, para uso nas aulas pelos professores, visando promover o desenvolvimento social e, “mais diretamente, a melhoria da qualidade da aprendizagem no Município de Manaus” (Semed, 2019, p. 2). A Maleta Digital trata-se de um kit tecnológico do projeto ProFuturo Aula Digital, composto por notebook, 34 tablets, um miniprojetor, *no break*, filtro de linha, concentrador de carga, roteador (rede interna), tela de projeção, cadeados, cabo Universal Serial Bus (USB) fêmea e *pendrive*.

O notebook atua como servidor da plataforma de formação continuada com os conteúdos disponíveis, distribuídos em sete áreas distintas: língua portuguesa, matemática, ciências, tecnologia, princípios para uma vida saudável, maneiras de pensar e agir e cidadania. Assim, os professores têm acesso ao computador da Maleta Digital e ao material construído pela Fundação Vitória Amazônica (FVA) para utilizarem nas aulas com os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

Conforme o material orientador dos conteúdos da plataforma de formação, o estudo da língua portuguesa, dentro do programa ProFuturo, foi organizado em três grupos de atividades,

distribuídos em 16 unidades: oito unidades temáticas – conjunto de atividades interligadas a um assunto central em torno do qual as práticas de linguagem vão se desenvolver. O componente curricular de matemática é formado por 16 unidades divididas em quatro temas: números naturais, cálculo mental, espaço e forma, grandezas e medidas. No material norteador dos conteúdos são disponibilizadas várias sugestões de atividades, para que o professor realize com os estudantes antes e depois das atividades propostas na plataforma, e que estão apresentadas em forma de jogos, imagens e com uma sequência de atividades relacionadas a cada conteúdo.

O componente curricular de ciências está estruturado em duas áreas: ciências naturais e ciências sociais. O componente curricular de tecnologia é formado por três unidades: tecnologias na sala de aula; a história das máquinas e seus tipos; a comunicação ao longo dos tempos. Segundo o material norteador dos conteúdos da plataforma ProFuturo, os conteúdos propostos nesta estão estruturados e organizados em forma de indicações dos temas a se trabalhar, com as habilidades e competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Também sugere atividades para serem realizadas com os estudantes antes e após o uso das atividades propostas na plataforma, com uso da Maleta Digital, que é programada pelo professor com uso do roteador (rede interna), disponibilizada pelo projeto.

A aula é replicada nos tablets para que os estudantes tenham acesso e possam interagir nos jogos, ouvindo histórias, tendo acesso a vídeos, respondendo às atividades propostas e escolhidas pelo professor para a sua turma. O professor, o pedagogo e o diretor da escola têm acesso ao rendimento do aluno naquela atividade desenvolvida.

Um dos pilares do projeto Aula digital é a formação continuada e em serviço, desenvolvida pelo parceiro executor da Fundação Telefônica Vivo, no caso de Manaus, a Fundação Vitória Amazônica (FVA). O percurso formativo do projeto Aula Digital ocorre segundo o programa ProFuturo: 1. *Formação em serviço* com a intencionalidade de aprofundar a elaboração das ações que acontecem na escola; 2. *Formação continuada*, que são oficinas presenciais para a utilização da Maleta Digital; 3. *Planos de ação*, elaborados pelos professores durante a formação continuada, com ações e conteúdos digitais que se integram ao currículo escolar, com as seguintes temáticas: *inovação educativa, gestão inovadora, gestão participativa, espaços diferenciados, papel do professor e personalização*. Essas formações ocorreram antes da chegada da Maleta Digital às escolas e foram oferecidas aos diretores,

pedagogos e professores participantes do projeto, com os objetivos de estimular e acompanhar os professores para o uso de metodologias *inovadoras* de ensino e aprendizagem. Essas formações foram realizadas com uma carga horária de oito horas e duas horas de acompanhamento do plano de ação na escola (Semed, 2019).

Observa-se que o projeto Aula Digital executa a formação com os professores com todo o seu material pronto, sem fazer um estudo local com a SEMED/Manaus e com os envolvidos nas escolas, para depois preparar as formações. Não foram verificados os conhecimentos prévios dos envolvidos até para se definir o direcionamento das formações. Dessa forma, a defesa em torno da melhoria da qualidade da aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental foi utilizada como justificativa para a incorporação desse projeto na educação municipal. Recorre-se a Goodson (2008, p. 35), para se reforçar que “ela encobre relações de poder subjacentes ou pelo menos evita que alguém interfira nelas”. Nesse processo, “o professor é considerado como um transmissor do currículo definido por outras pessoas” (Goodson, 2008, p. 34).

Na análise do relatório 2020, relativo ao trabalho remoto realizado na pandemia da COVID-19, as formações do projeto Aula Digital aconteceram no formato *online*, oferecendo as seguintes ações formativas: 1. Curso Curadoria de Objetos Digitais de Aprendizagem, destinado aos professores; 2. *Coaching* - Aula em Casa, cujo objetivo é usar ferramentas educacionais, estratégias inovadoras para o ensino a distância e na construção de planos de aulas de matemática e língua portuguesa, utilizando os conteúdos do ProFuturo. 3. Elaboração de Roteiros de Estudo – Escola Digital, com o objetivo de elaborar roteiros de estudos para os estudantes da rede pública, contendo 144 roteiros de aprendizagem a partir dos conteúdos disponibilizados na plataforma Profuturo; Planos de aula e objetos digitais de aprendizagem (Semed, 2020).

Na relação entre a SEMED/Manaus e a Fundação Telefônica Vivo, verifica-se que, a partir da assinatura do Termo de Cooperação Técnica firmado entre as partes, o processo de implementação ocorreu sem questionamentos entre os diretores e os professores das escolas envolvidas, mesmo que a defesa em torno da educação de qualidade para o ensino fundamental tenha sido utilizada como justificativa para a incorporação dessa relação público-privada na educação municipal.

Observa-se que essa questão não se limita ao município de Manaus, pois a política de cunho empresarial na educação pública tem adquirido centralidade nos últimos anos. Frigotto (2010) afirma que os ditames mercantis têm transformado a educação em mercadoria e garantido a diminuição do espaço público. Identifica-se que as ações previstas pela assessoria pedagógica, implantada pelo projeto Aula Digital, destinam-se a adequar os profissionais da educação municipal para melhor utilização da Maleta Digital, com encaminhamento de rotina para o uso da tecnologia nas escolas, ou seja, passando para a escola pública uma lógica operacional.

Fica clara a intensificação da atuação da Fundação Telefônica Vivo na educação a distância, visando a uma formação continuada que, a partir de seus cursos e formações, garanta o consenso hegemônico desses trabalhadores, exercendo, assim, um importante papel na difusão ideológica da classe dominante.

Assim, essa fundação visa disseminar as novas formas de educação a distância, tanto na formação do professor quanto na formação do estudante. Já se torna possível se perceber a aproximação no campo da educação a distância, porém deixando claro seu público alvo: os professores, os estudantes e administrativos das escolas públicas. Os projetos são voltados para uma formação de professores, em uma clara perspectiva empresarial da escola.

### **Considerações finais**

O acordo BID-PMM expressa um processo contraditório, e, neste caso, são indisfarçáveis sua condição de intelectual do capital, dada a iniciativa de exigências de condicionalidades, a cada empréstimo realizado, e, fundamentalmente, os aspectos ideológicos recorrentes na operação de crédito celebrada, que não deixam dúvidas quanto à identidade política da organização. Portanto, está evidenciado que a lógica mercantil prevalece orientando as políticas educacionais na capital amazonense. Essa realidade mostra que há muitos elementos que devem ser estudados, para se entender esse sistema de parceria público-privada, que se estabelece na educação pública com os convênios, contratos, acordos e parcerias privadas, realizados nas escolas públicas

Observa-se que tem se materializado a mercantilização na organização e no funcionamento da educação pública municipal e ressalta-se a importância dada às questões

inerentes à relação entre Estado e educação, diante do fato de que as políticas e diretrizes construídas para garantir as condições do atendimento escolar público, gratuito, democrático, laico, entendido como um direito social e um bem público, estão se dando na esfera dos interesses privatizantes, sendo concebidas como mercadoria educacional. Essa relação entre Estado, mercado e educação tem uma trajetória histórica conflituosa, dado o antagonismo dos projetos de interesses públicos e privados que mantêm suas diferenças estruturais, políticas e ideológicas no cenário de consolidação da educação pública brasileira.

Entende-se que público e privado se expressam como polos opostos e se revelam nas contradições que emergem nos espaços das lutas de classes, por meio dos sujeitos histórico-sociais em movimentos concretos. Significa se entender sua essência, não apenas para se operar a sua crítica, mas, antes e sobretudo, para compreendê-la na sua totalidade e no seu conteúdo, que somente pode ser apreendida em sua complexidade, por meio de ferramentas teóricas que possibilitem se interpretar e explicar esse processo na educação. Assim, a mediação desse processo não é visível nos simples atos de troca.

A inserção dos programas de Tutoria Educacional e ProFuturo analisados mantém-se orientada pela lógica da Fundação Itaú Social e da Fundação Telefônica Vivo, que têm seus fundamentos localizados nos princípios apresentados pela economia de mercado. Os produtos e serviços dessas fundações assumem a centralidade do processo de conhecimento e da busca por uma denominada qualidade da educação, configurando-se em um processo fetichizado. O avanço do capital sobre a educação básica assume as mais variadas estratégias, e, assim, evidencia-se a formação continuada de professores como uma delas.

Forma reveladas, portanto, as estratégias mercantilistas na condução da formação continuada de professores da rede pública municipal de Manaus, financiadas pelas ações do PROEMEM, pois o sistema de parceria público-privada no âmbito da SEMED/Manaus não se apresenta como inédito, no entanto cabe se apontar que foi a partir do acordo BID-PMM que se observou a expansão das Organizações Privadas Hegemônicas (OPH) na formação continuada dos professores da rede municipal de Manaus. Assim sendo, afirma-se que as implicações do sistema de parceria público-privada influenciam diretamente na política educacional para a educação pública de Manaus, especificamente a formação docente, pois traz, no bojo, estratégias mercantilistas moldadas pela subserviência ao capital financeiro,

estabelecendo seu terreno lucrativo no âmbito educacional e integrando-se ao processo de privatização da educação básica, que ameaça fortemente o processo da democratização da educação pública.

## Referências

- Bid. (2014). *Proyecto de Expansión y Mejoramiento Educativo de la red Pública Municipal de Manaus (PROEMEM)*. Washington: BID.
- Caetano, M. R., & Peroni, V. M.V. (2019). *Relação entre o público privado na educação: Conceitos, sujeitos, relações*. Porto Alegre, RS: Editora Universitária Metodista.
- Casimiro, F. H. C. (2018). *A nova direita: Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Cunha, L. A. (2007). O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. *Educação e Sociedade*, 28 (100), 809-829.
- Evangelista, O. (2008). Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *ANPED*. São Paulo, 10 (38), 1-16.
- Frigotto, G. (2010). *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo, SP: Cortez.
- Fundação I. S. (2010). *Guia de tutoria pedagógica*. São Paulo: Fundação Itaú Social.
- Fundação. T. V. (2019). *Informe Social 2019*. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo.
- Goodson. I. F. (2008). *As políticas de currículo e de escolarização: Abordagens históricas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kosik, K. (2011). *Dialética do concreto*. Petrópolis, RJ: Paz e Terra.
- Krawczyk, N. (2012). *A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço.
- Lamosa, R. (2020). *Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada*. Parnaíba, PI: Editora Terra sem Amos.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Marx, Karl. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Marx, K. & Engels, F. (1998). *O manifesto comunista*. São Paulo, SP: Vozes.
- Maués, O. C. (2014). *Reformas internacionais da educação e formação de professores*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço.
- Montaño, C. (2010). *Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção*. São Paulo, SP: Cortez.

- Neves, L. M. W. (2002). *O empresariamento da educação: Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo, SP: Xamã.
- Ocde. (2020). *Um roteiro para guiar a resposta educacional à Pandemia da COVID-19 de 2020*. Recuperado de: [https://globaled.gse.harvard.edu/files/geii/files/um\\_roteiro\\_para\\_guiar\\_a\\_resposta\\_educacional\\_a\\_pandemia\\_da\\_covid-19\\_reimersschleicher\\_ceipe\\_30032020\\_1.pdf](https://globaled.gse.harvard.edu/files/geii/files/um_roteiro_para_guiar_a_resposta_educacional_a_pandemia_da_covid-19_reimersschleicher_ceipe_30032020_1.pdf).
- Oliveira, M. T. C. & Barros, V. R. M. (2015). *Mudanças nas estratégias políticas de implantação da reforma da escolarização básica*. São Paulo, SP: Xamã.
- Sarti, F. M. (2012). O triângulo da formação docente: Seus jogadores e configurações. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, 38 (2), 323-338.
- Saviani, Dermeval. (2019). *Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Semed. (2019). *Relatório referente ao Acordo de Cooperação Técnica 03/2017*. Manaus, AM: Semed.
- Semed. (2020). *Relatório de acompanhamento e fiscalização Projeto: Aula Digital – Profuturo/2020*. Manaus, AM: Semed.
- Shiroma, E. O. & Evangelista (2014). O Estado, Capital e Educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. *Revista Educação e Fronteiras On-Line*. Dourados, 4 (11), 21-38.

Recebido: 06/07/2022

Aceito: 20/08/2022

Publicado: 20/12/2023

NOTA:

As autoras foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.